TL1329-66

COMUNICAÇAO AS V JORNADAS DE TIMOR DA UP
PORTUGAL E TIMOR LESTE
- O papel de Portugal hoje e no futuro próximo

POLICARPO PINA
Membro do FT

Introduçao

17 anos após a tragédia que se abateu sobre T-L, o problema ainda está por solucionar, contrariamente às profecias dos seus agressores que prometeram resolver a questão em 3 dias.

Portugal, fosçado pelos problemas intrinsecos à revolução de Abril, fez-se de espectador; de protagonista da história durante 500 anos, retira-se ingloriamente do palco, abrindo caminho à invasão do território pela Indonésia que chacina desde então mais de 200 mil timorenses. Estes, conscientes de que chegou a hora de serem eles próprios a protagonizarem a sua história, enfrentam com determinação os seus carrascos invasores. Tomba NICOLAU ao pé da sua bandeira. Nasce XANANA para a história. Desenterram o orgulho patriótico dos seus ascentrais. Clamam que o MAU-BERE é afinal um Homem como os demais; despem a túnica que cobria a vergonha de ser MAU BERE e elevam o seu nome aos quatro cantos do mundo.

Timorenses, confessemo-nos; se ontem tivemos vergonha de ser M-B (porque é insultuoso, é pejorativo, choca o nosso amor próprio, etc. etc.), hoje orgulhamo-nos de o ser.

17 anos volvidos já não são apenas os homens que ousaram enfrentar o poder javanês em 75 que lutam. São também os filhos da guerra que ousam persistir em falar português, rezar o "seu AVE MARIA" e abrir o peito contra as balas assassinas do ocupante indonésio. São os jovens a fazer a história. Desmontam pela base o argumento indonésio de que "os timorenses pediram a integração"; o mundo choca-se. É o abalar das consciências.

Entretanto Portugal é chamado às suas responsabilidades. Afinal Portugal escreveu a história de T-L durante 5 séculos. Os timorenses que lutam e morrem ainda são portugueses de direito. Portugal tem uma dívida moral para com a sua história e a história do povo de T-L; os timorenses não esquecerão. Há que redimi-las. Após longo período de um caminhar sem norte, Portugal assume definitivamente as sues responsabilidades. Hoje de mãos dadas com os timorenses, trilham o mesmo caminho pela PAZ, JUSTIÇA e LIBERDADE. A AUTO-DETERMINAÇAO é o caminho que conduzirá indubitavelmente a esse desiderato. O caminho a percorrer é longo e sinuoso. Esperamos que as dificuldades tornem os homens mais tolerantes, base para a construção de uma sociedade democrática que queremos para T-L.

Portugal reencontrou-se com a sua honra e a sua história. Timor reencontrou a paz de espírito. Agora é preciso coragem e clarividência para prosseguir o luto até ao fim. Um dia voltarão a escrever a história com a mesma língua, irmanadas na cultura, sem as agruras do passado.

A PAZ, a JUSTIÇA, a LIBERDADE e a DEMOCRACIA que os timorenses anseiam, tarda mas chegará um dia. Há que persistir.

25 de ABRIL e TIMOR-LESTE

Não é difícil compreender que o 25 de Abril surpreendeu grande parte do então mundo português. O seu objectivo principal era encontrar uma solução política para o problema da guerra colonial africana. O MFA e os sucessivos Governos Provisórios do pós 25 de Abril não tinham propriamente uma política, um programa de descolonização para o quadro geral das colónias então existentes. T-L não tinha na altura um movimento de libertação que legitimasse a transferência do poder, tal como acontecera com as outras colónias. Por outro lado, conhecendo a ameaça indonésia tal como suponho, dever-se-ia ter acautelado os interesses do território e do seu povo face à cobiça alheia. Infelizmente para nós, apesar de Portugal ter administrado o território durante 500 anos, o sistema colonial em geral não conhecia os profundos sentimentos do povo timorense. De tal forma que ainda hoje, à boa maneira colonial, alguns bons portugueses ainda pensam que o melhor para nós timorenses é integrarmo-nos na Indonésia. O erro não está na ideia que qualquer ser humano pode ter e discutir; o erro está na forma paternalista de pensar por nós.

O paternalismo e a ausência de uma política de descolonizaçao para T-L levou, inclusive, governantes portugueses de então a olhar com ceptícismo, quase desprezo, à ideia de uma independência. Desdobraram-se encontros com a Indonésia, alguns dos quais de conteúdos ainda hoje por conhecer. Negoceiam o nosso futuro como se fôssemos objecto de uma qualquer troca comercial.

O desrespeito pelas nossas vidas é tão gritante que o governo português de Timor cruza os braços perante a ameaça, e depois a concretização, de uma guerra civil. E abandona Timor sabendo que essa atitude abre as portas a uma intromissão da Indonésia. Planeado ou simples aproveitamento dos factos, a verdade que esse é um dos mais badalados argumentos que a Indonésia utiliza para tentar convencer o mundo da sua facínora atitude. LEMOS PIRES pode ter os argumentos estratégico-político-militares para não impedir a guerra civil; Os mesmos não me convencem quando ele é o Governo, o 1º responsável pela paz e segurança de Timor e dos timorenses.

Visto num certo prisma, tudo parece obedecer a um plano previamente arquitectado. A verdade é que nem os " portugueses" nem os militares indonésios acreditavam que os timorenses pudessem resistir com tanta determinação. A secreta esperança de muitos era de que, com o abandono de Portugal e a incapacidade de resistência dos timorenses, rapidamente o caso cai no esquecimento. Mas assim não foi.

Contra tudo e contra todos, inferiorizado e sem meios, os timorenses resistem e clamam justiça. A sua capacidade de resistência ultrapassou espectativas. Embora feridos pela humilhante e inglória atitude portuguesa, sabem que nesse conflito Portugal continua a ocupar um lugar importante. A defesa dos seus direitos como povo, da sua história e culturas como distintas da da Indonésia, passa pela internacionalização do problema.

Os sucessivos governos provisórios do pós 25 de Abril continuam desnorteados, sem uma política coerente, frontal e consequente em relação a Timor. Só com os governos constitucionais se vem notando uma maior clareza de posição. A persistência da luta dos timorenses no plano interno e internacional, as constantes notícias da vitalidade da guerrilha nas matas de Timor, obrigaram os portugueses a aperceberem-se finalmente do erro histórico que foi, o da descolonização de Timor (que não chegou a sê-lo). Foi um abandono pura e simples, um fechar de um ciclo de história sem honra nem glória e vexada com centenas de milhares de mortos que a história não vai decerto esquecer.

PORTUGAL E T.L, HOJE

Os timorenses ao assumirem com determinação a luta pelos seus direitos fundamentais como povo, até às últimas consequências, deixam a porta entreaberta para que Portugal redima os seus erros e ocupe na história o lugar que lhe compete. Enquanto o povo de T. L não se autodeterminar e escolher por essa via o seu lugar próprio no convívio entre povos e nações, reconhecida e aceite pela comunidade internacional, a luta que eles travam, fazem-no também como portugueses. Quinhentos anos não são quinhentos dias e a vergonha de Portugal também é dos timorenses. Se é certo que os timorenses lutam para serem timorenses, senhores dos seus destinos, Portugal tem por força da história um lugar imprescindível. Ao assumir perante a comunidade internacional o papel de potência administrante do território, Portugal assume defenitivamente o seu protagonismo no conflito. Hoje registamos com satisfação que o problema de Timor é assumido como problema nacional e move consensos entre todos os orgaos de soberania, nomeadamente a AR, PR e Governo. Portugal está no caminho certo para se reencontrar com a sua história.

Podemos hoje afirmar com justiça que o conflito de T-L tem três vertentes indissociáveis:

- Portugal, como potência administrante;
- Timor e os timorenses
- Indinésia, como potência de ocupação à margem das leis internacionais;

A luta intrangigente pela defesa dos direitos humanos como forma de travar o genocídio em marcha em T-L e através dela a observação dos direitos do povo MB, versus Autodeterminação, fazem pensar que Portugal está a trilhar um caminho seguro para encontrar uma solução para o drama do povo de T-L. O assumir da responsabilidade por parte de Portugal levou à preparação duma visita de parlamentares portugueses a TIMOR que, a ser feito, daria decerto um "volte face" positivo em prol do martirizado povo de Timor.

Infelizmente, para nós timorenses, a visita não se realizou por razões já conhecidas. Como timorense acho que o benefício a colher para Portugal e Timor com a visita , ultrapassaria de longe as "questões de honra" que a Indonésia sistemáticamente põe à prova de Portugal, com o objectivo de impedir que a visita se efectuasse.

Em TIMOR-LESTE, tudo estava à espera do dia da chegada dos parlamentares portugueses como se de pão para a boca se tratasse.

A Indonésia incomoda-se com razões óbvias; sabia que a verificar-se a visita, expor-se-ia em demasia aos olhos do mundo; as suas propegandas falaciosas seriam desmascaradas; a manifestação dos timorenses (com o mundo a assistir) seria um autêntico acto de referendo contra a sua presença. A Indonésia deve ter agradecido ao ALÁ, com a auto-suspensão da visita por parte de Portugal.

Para nós timorenses foi como se tivéssemos caído de novo num fosso sem fundo.

O massacre do 12 de Novembro de 1991 não foi mais do que consequência directa da falhada visita parlamertar. Toda a tensão acumulada durante anos a fio à espera do dia D, tinha que ser aliviada de qualquer forma. Só assim se compreende que os jovens tivessem perdido o medo e ostentassem dísticos com vivas a XANANA e vivas a PORTUGAL, mesmo nas barbas dos seus carrascos. Era um manifestar de repúdio à presença Indonésia, um manifestar dos sentimentos mais profundos do martirizado povo de T-L. Era uma prova inequívoca de que a Indonésia não é desejada em Timor. Trouxe ao Mundo as provas que os parlamenteres portugueses careciam. A INDONÉSIA MOSTROU A SUA VERDADEIRA FACE. Infelizmente, foi preciso morrer centenas de jovens e outros tantos desaparecidos para que o mundo olhasse para Timor com a atenção devida. Era o despertar das consciências. A iminente derrota da Indonésia na reunião da Subcomissão dos DH da ONU em Genève não é alheio a esse facto. Portugal tem hoje os dados de que precisa para levar a cabo a tarefa que lhe compete neste conflito.

PORTUGAL, QUE PAPEL?

Estamos numa fase em que no plano interno (de TL) e internacional, a Indonésia tenta a todo o custo ganhar terreno. No plano interno está em curso uma ofensiva político-militar sem precedentes no sentido de aniquilar a resistência armada no terreno, para depois se apresentar como pacificadora da sociedade timorense. A sua arte de iludir é tão apurada que, de agressor se quer fazer de vítima da cruzada diplomática de Portugal e da resistência timorense. Esforça-se por mostrar ao mundo que o problema é dos timorenses; "afinal, foram os timorenses que pediram a sua integração na Indonésia"-sic. Por isso, coopadrinha um encontro entre os timorenses ditos integracionistas e os resistentes no exterior. Assim, não havendo resistência armada, a expressão da vontade do povo de TL contra a anexação e a presença indonésia na sua Pátria deixaria de existir, para daí extrair conclusões rápidas e simples, como se de uma regra de três simples se tratasse: - "Se não há resistência armada, então o povo de TL já não se opõe à integração". Lógica indonésia. Como se a guerrilha fosse a única expressão da resistência timorense. Até já dizem que os calculados duzentos mil timorenses que tombaram sob as balas assassinas dos seus militares, afinal são "indonésios". Chama-se a isso, em linguagem clara, "jogo sujo", a suprema arte do iludir.

Enfrentamos sem dúvida um inimigo poderoso e pérfido, desonesto e sem escrúpulos. Utiliza a mentira como arma e não olha a meios para atingir os seus fins.

Nesta fase extremamente sensível da resistência timorense em que o mundo começa aos poucos a "acordar" para o drama do povo de TL, importa dar o passo definitivo para que o problema não caia de novo no esquecimento. Portugal deve liderar a luta no campo diplomático em conjunto com as forças nacionais timorenses. É importante canalizar energias para o despertar das consciências a nível mundial, principalmente na Europa, USA, Canadá, Japão e Austrália. Neste contexto, deve a sociedade civil assumir também o papel que lhe cabe. Guerras como a do Vietname, as guerras coloniais de Africa, não terminaram apenas pela força das armas ou pela perspicácia da diplomacia. O peso da opinião pública mundial foi também determinante na busca de soluções político-diplomáticas.

O problema de TL é um problema político e internacional e carece, ipso facto, de uma solução política. A estratégia da resistência foi sempre a de previlegiar a acção diplomática, mantendo viva a nossa identidade cultural, e a guerrilha como expressão simbólica da nossa luta pelo exercício dos nossos direitos.

Estamos numa fase em que a acção de Portugal é tida como fundamental. Mas essa acção não deve circunscrever-se à acção diplomática da responsabilidade do governo, mas sim, estendê-la a toda a sociedade civil.

Deve o governo criar condições para que os artistas, cantores, poetas, escritores, todo o estrato socio-cultural do país se exprima, contribuindo assim para a mobilização da opinião pública internacional.

Estamos certos de que temos pela frente uma luta árdua cujo limite no tempo é imprevisível. Parafraseando o professor Adriano Moreira, "essa luta é uma luta de gerações". Então é preciso hoje, criar condições para que a juventude assuma o seu papel na história. É preciso que os homens do amanhã compreendam e vivam os valores nacionais pelos quais o país se bate para que possam prosseguir a luta amanhã.

Notamos com alegria uma maior consciencialização da juventude portuguesa face ao problema de Timor. Alguns até são autores de canções, poemas, obras de escultura que o país desconhece. A serem recolhidas, organizadas e publicadas representariam sem dúvida, a contribuição da sociedade civil no despertar da consciência do mundo e, indirectamente, na busca de uma solução para o drama de TL.

Se queremos vergar a Indonésia e fazê-la respeitar os direitos humanos e consequentemente o exercício de auto-determinação do povo de TL, é que traçar uma estratégia consequente que passe pela mobilização da sociedade civil portuguesa e internacional. Não basta quedarmo-nos em lamentações, dizendo que "Portugal também teve culpa" ou "coitado dos timorenses". De Portugal os timorenses não esperam compaixão, esperam acção e responsabilização, esperam o assumir pleno do lugar que lhe compete no processo para a remissão da sua história. Os timorenses estão dispostos a pagar com a própria vida, enfrentando a ameaça de genocídio, na luta pelos seus direitos, dando oportunidade para que Portugal se redima dos erros do passado recente em Timor. Não queremos que os dois povos se revejam no futuro com a mágoa de uma história comum manchada.

É com satisfação que ouvimos do governo a intenção de abrir uma linha de orçamento para Timor no próximo POOE. Já não é sem tempo. São os sinais de realismo com que Portugal encara o problema de Timor.

A par da comissão parlamentar para o acompanhamento da questão de TL, achamos que o governo pode e deve igualmente criar um gabinete para os assuntos de TL, na dependência do MNE ou da SEC com a missão de mobilizar, recolher, organizar e divulgar a nível nacional e internacional os trabalhos dos agentes culturais e da juventude portuguesas, sobre TL.

A vitória organiza-se. Se quizermos colher os frutos amanhã, plantemos hoje a árvore, tratêmo-la e cuidêmo-la com persistência e perseverança.

A Indonésia é forte mas moralmente débil. As constantes políticas de mentira e má fé são próprio dos fracos. A que saber explorar as suas fraquezas.

A PORTUGAL e aos portugueses: - Em TL morrem portugueses; milhares

de timorenses que ainda se encontram por detrás das grades dos calabouços indonésios, são portugueses. É uma cidadania que ainda não perderam porque ainda não escolheram. Não queremos que nos venham resgatar como fizeram no KOWEIT. Não, não pedimos tanto! Mas, façam o que vos compete. Nós continuaremos a lutar até que a alma nos doa, com ou sem vocês. Se partilharem seria mais fácil e a caminhada menos longa. No final voltaremos a escrever a história em português.

Lisboa, Julho de 1993

Glossário:

T-L/TL → TIMOR-LESTE
MB/M-B → MAU-BERE
MFA → MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS
AR → ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
P.R → PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DH → DIREITOS HUMANOS